



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Declaro abertos os trabalhos da vigésima quinta reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Há número regimental para abertura dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris, pela ordem.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, às 13 horas, este Deputado constatou a ausência de *quorum*, por parte dos Senadores, necessário para a continuidade desta sessão. Sendo assim, peço a V.Exa., com base no Regimento, que declare encerrada a reunião.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra V.Exa., pela ordem.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, quero fazer um apelo ao Deputado Vanderlei Macris. Com o Relator, Deputado José Pimentel, chegamos a um bom entendimento sobre a construção do relatório preliminar do Orçamento. Estamos numa fase importante, e, para abrirmos o prazo para começar a apresentar as emendas, precisamos votar o relatório preliminar.

Apelo a V.Exa., Deputado Vanderlei Macris — sei do cuidado que está tendo, sei que tem razão no que está dizendo — e aos companheiros do DEM no sentido de que possamos construir um entendimento no dia de hoje, já que o Relator, Deputado José Pimentel, conversou com todos os partidos, todas as bancadas. Estamos tentando chegar a um entendimento para votarmos o melhor relatório preliminar possível, a fim de cumprirmos o nosso papel de votar o Orçamento dentro do prazo.

Entendo a ponderação de V.Exa., mas apelo mais uma vez ao seu espírito de compreensão, ao seu espírito público, no sentido de que nos ajude nessa construção, para que possamos ainda hoje votar o relatório preliminar do Orçamento e assim abrir o prazo para a apresentação das nossas emendas, tanto as individuais, quanto as de bancada, já que o relatório foi fruto de entendimento, da busca de acordo com a Oposição e também com o Governo.

Esse é o apelo que faço.

Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Sr. Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, gostaria de fazer alguns esclarecimentos no que diz respeito à Resolução nº 1, de 2006. Percebo sempre uma movimentação, a mesma daqueles que resistiam à aprovação da resolução, só que agora eles estão pretendendo alterá-la.

Quero fazer justiça ao nosso Presidente José Maranhão, que tem mantido sempre a linha clara de que é a resolução, a regra que está em vigor e deve ser cumprida, sem prejuízo de idéias divergentes, até porque a resolução foi aprovada com mais de 800 emendas apresentadas e mais de 240 emendas aprovadas de diversos Parlamentares. A resolução só vem ajudar no sentido de dar mais transparência e permitir a participação de todos os Parlamentares e da sociedade no Orçamento. Cada Parlamentar poderá participar, mesmo não sendo membro da Comissão de Orçamento, por intermédio de sua bancada federal. As bancadas têm 25% dos recursos da reavaliação da receita para poder alocar, são recursos de remanejamento por meio das Comissões. Todas as Comissões terão de dar parecer de remanejamento em cada verba de cada Ministério, terão de dar parecer também as bancadas estaduais, nas verbas destinadas a cada Estado, de modo que todos os Parlamentares da Casa participarão do Orçamento.

Portanto, fico à disposição dos companheiros para qualquer esclarecimento. Acho até, Presidente, que seria adequado fazermos um debate sobre a resolução, num determinado momento, porque de fato há questões que precisam ser resolvidas, na medida em que foram criadas novas Comissões e também a Secretaria dos Portos. E isso não estava previsto, porque não havia na votação da resolução. Mas não nas questões de princípio, em que temos trabalhado de maneira determinada para dar transparência ao Orçamento. As emendas coletivas e de bancada têm de ter interesse estadual, do conjunto do Estado, precisam ser obras estruturantes. Por isso que não podem mais fazer as emendas rachadinhas.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Há uma série de questões que poderemos debater. Gostaria que esse debate fosse feito amplamente aqui, e não por um pequeno grupo que quer fazer alteração na resolução de forma unilateral, porque não vai conseguir. Levei 3 anos para aprovar alteração nessa resolução. Teve de ser aprovada na Mesa da Câmara dos Deputados e depois na Mesa do Senado Federal. O processo de alteração é muito complexo.

Fico à disposição dos companheiros para que possamos, com bastante clareza, discutir possíveis alterações. Ficaremos à disposição eu e o Deputado José Carlos Aleluia, que foi o Relator desta resolução no plenário e fez alterações significativas, entre elas o rodízio total dos membros da Comissão. Foi algo incluído pelo Relator José Carlos Aleluia, assim como a redução do número de membros da Comissão. Já o final das rachadinhas é da nossa intenção e de outros Parlamentares. Gostaríamos que esse debate pudesse prosperar enquanto aguardamos o *quorum* para continuarmos a aprovação das matérias.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, peço a palavra para poder explicar um pouco quais são as razões dessa minha questão de ordem, em que solicito a V.Exa. que dê por encerrados os nossos trabalhos, em virtude da ausência de *quorum*. O Deputado Gilmar fez um apelo, eu gostaria de agradecer muito a S.Exa., no sentido de que relevemos a questão.

Quero explicar apenas qual é a posição do PSDB. No final do ano passado, quando estávamos votando a Lei de Diretrizes Orçamentárias, naquele momento de euforia da Comissão, já no final de uma reunião, quando os Deputados já não estavam presentes na sala, houve a votação do PLN nº 3, por meio de um substitutivo. O PLN nº 3 originalmente falava apenas de programações para recursos do Poder Judiciário, e o Relator, num substitutivo, acrescentou um plano de ações do PPI, com o qual nós, do PSDB, não concordamos.

Levantei uma questão de ordem, Sr. Presidente, na primeira reunião. No dia 8 de agosto, na primeira reunião desta Comissão, este Deputado, em nome da bancada do PSDB, levantou uma questão de ordem, apresentando as mesmas questões e pedindo que tivéssemos um tratamento diferente daquela decisão tomada no último momento daquela reunião do primeiro semestre, na votação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Ocorre, Sr. Presidente, que venho apresentando questões de ordem, não só esta do dia 8, mas 2 outras seguidas, porque o PSDB não concorda com um ponto. Quando for para o Congresso Nacional deliberar a respeito desses projetos de leis, apresentaremos um pedido de destaque a esse plano de ações do PPI, que veio de carona em um projeto de lei de aplicação de recursos do Poder Judiciário.

Essa a questão. A base do Governo deveria ter procurado o PSDB para discutir essa proposta, que é simples: é só um acordo no sentido de que retiremos esse plano de ações do PPI desse PLN, que originalmente destinava recursos para o Poder Judiciário, e que o Governo remeta um novo PLN ao Congresso Nacional, a fim de que este Parlamento mantenha suas atribuições de fiscalização, de conhecimento e, mais do que isso, de entendimento desse plano de metas estabelecido no PPI. Com certeza, consideraremos nossa questão de ordem satisfeita. Ocorre que ninguém dá bola para essa questão, ninguém leva em conta as questões apresentadas pelo PSDB.

Sr. Presidente, inclusive, teremos dificuldades no plenário Senado quando apresentarmos um destaque e pedirmos verificação de votação desse destaque, a fim de retirar do PLN esse plano de ações do PPI. Essa é uma questão de fundo.

Não estou pedindo verificação de *quorum* apenas porque tomei a decisão pessoal de fazê-lo. Não é isso. Trata-se de uma questão política, e o Governo não dá bola, o Governo não conversa, o Governo nem sequer leva em conta essas questões de ordem que levantamos nesta Comissão de Orçamento. Isso é para chamar a atenção da Comissão ou do próprio Governo no sentido de que possamos chegar a um entendimento.

Nobre Deputado que me fez o apelo, respeito seu pedido, mas mantenho meu pedido de verificação de *quorum*. E espero que a partir de hoje o Governo preste atenção e procure a bancada do PSDB para resolvermos essa questão de fundo. Não aceitamos que um plano de ações do PPI entre de carona em um projeto de recursos do Poder Judiciário.

Era o que tinha a dizer.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Deputado Vanderlei Macris, V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Pois não, Deputado Gilmar Machado.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Informo aos presentes que, mantido o pedido de encerramento da reunião formulado pelo Deputado Vanderlei Macris, que é regimental, não temos como continuar realizando a reunião.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, o Deputado levantou uma questão, e gostaria de responder. Acho que podemos fazer esse entendimento aqui.

O Deputado Vanderlei Macris apresenta a questão do PLN nº 3.

A sessão do Congresso, na próxima terça-feira, será presidida pelo Deputado Narcio Rodrigues, do PSDB, 1º Vice-Presidente da Casa e agora o Presidente do Congresso.

Quanto à colocação ou não do PLN nº 3 em pauta, discutiremos com o Presidente do Congresso, Deputado Narcio Rodrigues. Estamos abertos a um entendimento sobre a votação desse PLN — como V.Exa. está dizendo — na sessão de terça-feira, que será presidida por um Deputado do PSDB, hoje Presidente do Congresso Nacional, Deputado Narcio Rodrigues. Se o problema é esse, podemos resolvê-lo dessa forma. Logicamente que a Liderança do PSDB e V.Exa. estarão presentes nesse entendimento, para resolvermos essa questão, já que quem está convocando reunião do Congresso e tem poder de colocar e retirar matéria é o Deputado Narcio Rodrigues. Estamos abertos a essa negociação.

Por isso apelo a V.Exa. no sentido de que possamos darmos seqüência, já que nos comprometemos a equacionar o problema levantado por V.Exa.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Deputado Gilmar Machado, agradeço a V.Exa., mas mantereí minha posição.

Acho que esta Comissão está sujeita a uma convocação extraordinária, se for o caso. Sairemos daqui prontos para debater, discutir a proposta de parecer preliminar do Orçamento e o PPA. Enfim, estamos abertos a discutir tudo. Se for o caso, Deputado, nós, da bancada do PSDB, vamos conversar com meu Líder para chegarmos a um entendimento e convocarmos reunião para amanhã, terça-feira. Não temos nenhuma dificuldade em relação a isso.

Agora, precisamos entender que esta Casa é uma casa política, de negociação. Existem demandas dos partidos políticos, a base do Governo está absolutamente majoritária, e a única hora que nós, da Oposição, temos para poder discutir e debater questões de interesse da bancada é nessas horas.

Portanto, peço a compreensão de V.Exas. Vou manter minha decisão, Sr. Presidente. Eu e o restante da Liderança do PSDB estamos abertos a entendimentos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Por uma questão de cortesia e de interpretação elástica do Regimento, estamos mantendo a reunião, mas, na verdade, como o Deputado Macris mantém o pedido de encerramento da sessão, não tenho como continuar. Evidentemente S.Exa. utilizou dispositivo do Regimento que manda que, uma vez exauridos os 30 minutos de prorrogação, e nós começamos esta reunião efetivamente às 15h06, S.Exa. está inteiramente respaldado no fator tempo e no Regimento para pedir o encerramento da sessão. De forma que....

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Questão de ordem, Sr. Presidente.

Apenas uma consulta ao Deputado Vanderlei Macris.

Deputado Vanderlei Macris, V.Exa. concorda com a convocação de uma sessão para amanhã, às 10h?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, peço a V.Exa que mantenha a decisão. Estou aberto, Deputado. O Regimento fala em 24 horas, mas estamos abertos a discutir a partir de uma negociação e de um entendimento que o Governo abra com a Oposição para discutir essa questão específica do PLN nº 3. Este é o fato.

Mantenho minha posição e peço a compreensão dos Deputados para esta questão .

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Enquanto estamos reunidos aqui, convoco outra reunião extraordinária para amanhã, às 15h30min.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, antes de V.Exa. encerrar esta reunião, tenho algo a dizer em relação à proposta feita pelo Deputado Vanderlei Macris. V.Exa. me permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Está encerrada a presente reunião.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização